

CARACTERÍSTICAS DA ÁREA

A Área Indígena Zuruaha pertence a rede hidrográfica do rio Tapauá, afluente da margem esquerda do médio rio Purus. O rio Tapauá é composto por extenso complexo hidrográfico, formado por inúmeros rios e incontáveis igarapés. A área não possui relevo acidentado, as formações geológicas são primárias, inexistindo rochas. Os rios e igarapés por conseguinte, correm numa planície onde não existe incidência de cachoeiras ou corredeiras. O rio Tapauá possui como principal afluente o rio Cuniuá pela margem direita em seu baixo curso, e que cursa mais que o próprio Tapauá. O vale sofre a influência da época da estiagem e das chuvas, com variações em torno de seis meses. Porém são navegáveis durante os doze meses do ano, com acesso a foz de todos os seus afluentes. Entre os principais afluentes do Cuniuá está o Riozinho, na margem direita do seu médio curso, já nos perímetros das terras Zuruaha. Em toda a extensão do Riozinho desagüam vinte e seis igarapés, alguns penetráveis quase todo o ano, como o igarapé Pretão, principal curso d'água das terras Zuruaha. O igarapé Coxodoá, também afluente da margem direita do Cuniuá, faz o perímetro oposto das terras Zuruaha, a oeste, e seu principal afluente é o igarapé do Índio, muito utilizado pelos indígenas. Na época das chuvas os lagos se multiplicam por toda a região e os igarapés atingem imensas extensões. As terras firmes são geralmente planas, com poucos morros de baixa altitude. Não existe nenhuma área de campos naturais, sendo a região totalmente coberta pela floresta.

1- INTRODUÇÃO:

Em setembro de 1978, um grupo do CIMI localizou uma tribo no alto Riozinho rumo 285º de Lábrea. Fazendo-se uma pesquisa na área do médio Cuniuá e do próprio Riozinho, verificou-se a necessidade de um contato urgente devido à exploração de sorva na terra dos índios e a constante ameaça de contatos não-pacíficos com a população envolvente. A comunidade indígena corria o risco de ser dizimada pela violência de choques ou por doenças. Logo depois foi realizada a primeira penetração por terra.

Dois relatórios do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de 1930 e de 1942, citam que o Riozinho era habitado por um grupo de índios Marimã. Moradores a mais de quarenta anos nesta área próxima ao Riozinho, dizem que o antigo nome deste era "Riozinho dos Maimãs". No início dos trabalhos levantou-se a hipótese desse povo pertencer ao grupo lingüístico Aruak, pois estão numa região habitada por Deni, Jamanadi, Jarauara, Apurinã e Paumari, o que se confirmou posteriormente.

No mês de outubro de 1979 iniciou-se a primeira expedição do CIMI, formada por quatro elementos da Pastoral Indigenista da Prelazia de Lábrea: Gunter, Astor, Cacilda e Helena. Foi feito um tapiri perto da boca do igarapé Pretão, afluente da margem esquerda do médio Riozinho. Dali foi aberto um varadouro em direção as malocas localizadas nas mais altas nascentes, fazendo-se uma primeira exploração. A segunda expedição iniciou-se no mês de março de 1980, penetrando de canoa pelo igarapé Pretão, onde em janeiro daquele ano ocorrera a expulsão de um grupo de sorveiros. Descoberto o varadouro indígena avançou-se até chegar na primeira maloca e roçado, mas não se encontrou ninguém. Uma semana depois haviam novos vestígios e caminhando até uma outra maloca deixaram dois terçados, um machado e colares de outros índios, retirando-se para o acampamento. No dia seguinte a equipe teve o primeiro contato com aquele povo que se autodenomina Zuruaha. Pelas oito horas da manhã chegaram ao acampamento cerca de quarenta guerreiros. Embora não tenha havido hostilidade de ambas as partes o contato foi carregado de tensão, pois não se sabia o que poderia acontecer. Este primeiro contato durou seis horas e no final os índios deram sinais para que se desocupasse a área e regressasse com mais terçados, machados, anzóis, facas e cachorro.

Depois do contato foi elaborada a proposta para a interdição e demarcação da área indígena e encaminhada a FUNAI. Porém não houve qualquer pronunciamento ou tomada de posição. Este silêncio levou o próprio CIMI a responsabilizar-se pelo trabalho iniciado em defesa dos índios recém-contatados. Procurando impedir o avanço de sorveiros que requeriam cada vez maiores áreas nas terras indígenas, a equipe espalhou placas de interdição da área em locais de fácil acesso, proibindo assim a entrada em pontos estratégicos.

Um dos problemas mais graves, denunciado diversas vezes não só a FUNAI mas também por contestação pública, era a estrada BR230 -Lábrea/DenjamIn Constant, em implementação em vários trechos. Seu traçado corta as terras Zuruaha ao meio.

Sabendo das diversas problemáticas que um projeto de contatação trás, principalmente no sentido de doenças que quase sempre levam a um rápido extermínio dos in

...mas, a equipe se preocupou em adquirir condições técnicas e materiais e organizar vias eficientes de comunicação. Um projeto de atração foi elaborado e a partir de 1981 passaram a ser feitas viagens, periodicamente, até a área indígena que dista cerca de dez dias do município de Labrea, sede da equipe. As viagens eram realizadas conforme o andamento dos contatos e do estado de saúde dos expedicionários, constantemente acometidos por malárias.

Junto com este trabalho a equipe continuava dando seu apoio aos índios Banaúá-Uafi, Paumari e Deni, ao longo dos rios Tapauá e Cuniuá. Teve início também um trabalho de contatação de um grupo autônomo no rio Branco, provavelmente Marimãs.

2- EXPEDIÇÃO DA FUNAI:

Nos últimos meses de 1983 seguiu em direção a Área Indígena Zuruaha, uma expedição da FUNAI composta por quinze elementos. O objetivo, segundo divulgaram, era conhecer a realidade existente e sugerir medidas visando sua proteção. Levaram uma grande quantidade de brindes e bens alimentícios desnecessários. Fizeram um varadouro de grandes proporções e por uma extensão superior à vinte quilômetros, indo da foz do igarapé Coxodoá ao varadouro indígena nas proximidades das malocas. Construíram seis acampamentos neste percurso. Mais tarde esse trajeto viria a servir a sorveiros e madeireiros como penetração nas terras Zuruaha.

O CIMI contestou publicamente através dos jornais de Manaus, a realização de tal expedição. Informando que a atração idealizada pela FUNAI se mostraria completamente desnecessária e até se tornaria ridícula, uma vez que o contato já vinha sendo feito pela equipe da prelazia de Labrea, sugeriu mais uma vez (como vinha fazendo desde 1980), que se encaminhasse a demarcação das terras indígenas, resguardando assim sua sobrevivência, ameaçada pelas frentes extrativistas. O trabalho da equipe, que na época se mobilizava afim de efetuar um programa de vacinação na comunidade indígena, foi duramente criticado sem maiores averiguações: taxado de ineficiente, improdutivo e carente de competência.

Para o órgão oficial era imprescindível uma rápida integração no sistema econômico regional, mesmo com o risco de desaparecimento de grupos "geneticamente fracos". Pretendiam construir Parque de Atração e campo de pouso nas proximidades da localidade principal. Novas placas de interdição da área seriam colocadas nas bocas do Riozinho e Coxodoá, porém, essas placas não seriam mais que sinais de advertência por que "não se poderia criar um problema social visto que os sorveiros que produzem dentro da área são aviados a longo prazo e dependem da economia regional". Mas com o passar do tempo verificou-se que essa expedição de atração não passava de uma simple verificação, mais um trabalho de rotina e sem continuidade da FUNAI. Acreditamos que esse tenha sido um fato feliz, pois raras são as áreas indígenas ocupadas por membros do Órgão Tutor, que não são abatidas pela desgraça geral.

Admitia-se também a hipótese do projeto governamental ser entregue a uma entidade de missionários crentes da Novas Tribos do Brasil, caso não conseguisse verbas para montagem da infra-estrutura. De fato, mais tarde os missionários passariam a fazer visitas a área indígena, mesmo sem qualquer convênio oficial.

Apesar das dificuldades o trabalho do CIMI continuava. Os contatos que des

de e infante mostraram elementos progressivos de aproximação, convergiam numa linha de aceitação e confiança. Prevalencia a preocupação pelo respeito e conservação de seu sistema defensivo. Talvez fosse por experiências anteriores de doenças e lutas que eles tivessem se afastado para uma área relativamente isolada, firmando-se neste último reduto. A maior porcentagem da população está na faixa etária adolescente, dando a impressão de que a comunidade se recupera de um passado tenebroso.

Conhecedores do Riozinho e Coxodó e logo sabedores da exploração de sorva, seringa, copaíba e madeira, como também da localização de pequenos núcleos de branco continuam evitando qualquer contato com estes. A não ser em incursões para adquirir mais ferramentas e ao mesmo tempo barrarem as tentativas de avanço dos extrativistas, desarmando e expulsando-os.

3- INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO INDIGENISTA:

Até aquela data, fins de 83, não houvera necessidade de apressar ou forçar os trabalhos, pois a subsistência do grupo através de sua agricultura, caça, pesca e coleta estava amplamente garantida. Apesar dos vários contatos a saúde continuava intacta. A preocupação estava em conservar e estimular o sistema de auto-defesa e controle da área, deixando-lhes as decisões. E foi através desse respeito e de muita paciência que as portas se abriram para uma inculturação em nível de aprendizado, que deu condições realistas para observação da cultura material e da cultura imaterial do grupo.

As relações se consolidavam e a equipe de indigenista era recebida sempre com muita alegria e atenção. Os índios, a cada contato aguardavam ansiosos não só pelas ferramentas, como também pelas plantas de cana-de-açúcar, urucum, milho, batata, cará, caju, algodão, etc. e todas as novidades decorrentes desses encontros. Embora sempre pedissem muitas ferramentas, essas eram sempre levadas de modo muito regrado. De certa maneira isso impedia a equipe de permanecer períodos maiores na maloca porque insistiam para que retornassem levando mais presentes. Certamente haviam outros motivos desconhecidos para não aceitarem uma presença alienígena por muito tempo.

Algumas dúvidas permaneciam, principalmente sobre o trabalho alternativo frente ao indigenismo oficial. Uma proposta de trabalho paralelo era inaceitável. Um convênio entre a FUNAI e Prelazia de Lábrea não amenizaria os prováveis conflitos, pois a história destas instituições mostram objetivos bem distintos. Restava a esperança de que a Fundação se limitasse aos trabalhos de delimitação, evacuação e demarcação da área, dando tempo para uma contatação mais intensiva que levasse em consideração a mudança de realidade.

Estimando a história do envolvimento com os Zuruaha e esperando por um convite para uma permanência mais prolongada, a equipe de indigenista da Prelazia decidiu manter duas entradas por ano e dar mais atenção para um relativo controle da área. A mudança de membros na equipe continuava constante. Do grupo inicial já haviam muitas mudanças e apenas Gunter Croemer permaneceu. Ainda no início dos trabalhos houve a presença do Pe. Renato, e no último ano tinham chegado Chico, Têre, Rubinho e Pe. Manuel; porém os dois últimos, por motivos de doenças abandonaram o projeto. O grupo, no início de 84, ficava formado com Gunter, Chico e Têre. Optaram por um ponto de apoio no alto Riozinho, a mais ou menos sete horas da foz. No local, chamado

de "Amoa" (estrela, na língua Zuruaha), a casa recebeu nova reformulação e passaria a armazenar medicamentos, bens alimentícios, pertences pessoais, material expedicionário etc., facilitando consideravelmente as entradas na maloca. Um roçado de proporções suficientes a equipe foi construído e um pomar frutífero também começava a brotar.

Uma das metas relativas ao controle da área seriam as viagens ao longo do Cuniuá, confrontando-se corpo a corpo com a população ribeirinha (indígenas e não-indígenas) esclarecendo sobre a interdição da área Zuruaha, e tentar levá-los a uma conscientização de suas próprias situações, econômicas e sociais. O exercício deste trabalho era sempre muito delicado. Não se poderia perder de vista o estágio de evolução do povo Zuruaha, numa fase delicadíssima de transição entre o universo conhecido e o novo universo com que se defrontaram a partir da constatação da existência de uma multiplicidade de culturas e pluralidade de novos universos autóctones. Visava-se sempre a assimilação e absorção gradativa dos valores convenientes ao povo Zuruaha, para uma transformação que não os subjugasse a população envolvente, mantendo a coesão física e cultural, dando-lhes chances sem interferência, de decidirem o que devem tomar de empréstimo, selecionar os traços e padrões que lhes convenham.

Entre a população com que a equipe se encontrava havia uma certa diferenciação: uma crescente população não-índia ao longo de todo o Cuniuá, com pequenas aglomerações em alguns pontos. Durante o ano, principalmente na época das chuvas, realizam entradas nos afluentes para extração de sorva, seringa ou corte de madeiras. Numa exploração injusta, trocam seus produtos por mercadorias com os marreteiros e regatões que durante todo o ano sobem e descem o Cuniuá, numa disputa assirrada por cada freguês. Os dois afluentes que delimitam as terras Zuruaha, Riozinho e Coxodoá, já eram utilizados pelos extrativistas.

A população indígena Paumari vive destribalizada em pequenos grupos familiares ao longo do rio Tapauá e baixo Cuniuá. Mas como suas casas são flutuantes estão sempre trocando de pontos de residência e em contato uns com os outros. A população indígena jamamadi habita o rio Piranhas, afluente da margem direita do rio Cuniuá em seu baixo curso. No alto Cuniuá encontram-se os Katukina e principalmente os Deni. A população Deni encontra-se distribuída em quatro pontos distintos, sendo que uma parte, dividida em duas aldeias no igarapé Marrecão é atendida por uma missão das Novas Tribos do Brasil. No local há uma pista de pouso operável. Encontram-se ainda famílias isoladas de outros grupos, como Apurinã, Katukina, Banauá-uafi, Mamori etc.

Assim como a população não-índia, todas essas etnias encontram-se totalmente dependentes do poder econômico regional, submetendo-se a níveis baixíssimos, tendo perdido quase por completo seus padrões culturais usos e costumes. Não possuem áreas definidas e em sua maioria habitam locais para onde foram atraídos em função do interesse do poder econômico. Com excessão da população do igarapé Marrecão, nunca foram vacinados ou recebem qualquer tipo de assistência médica.

Quanto ao povo Zuruaha o programa de vacinação tentado pela equipe da Prelazia não deu certo. Necessitava-se de mais tempo e de uma melhor comunicação verbal para que os índios compreendessem a necessidade de tal tarefa. A hipótese de vacinar a população envolvente não era viável. Como a área é economicamente extrativista, grande parte da população é flutuante e está sempre se renovando, além de que os índios autônomos não estariam protegidos quando em contato com pessoa vacinada, pois

Importante era manter a área perimetral das terras Zuruaha o mais evacuada possível. Parte desse perímetro e área de perambulação dos índios autônomos, entre a foz do Riozinho e a foz do igarapé Marrecão na margem direita do Cuniuá, estava ocupada por não-índios, Deni e Paumari. Como trabalham em função e no interesse do poder econômico regional que desenvolve e promove atividades com reflexos negativos aos índios autônomos, necessária se fazia a evacuação dessa população. Para não se criar clima de revolta ou problemas de ordem social, precisava-se com muita compreensão e respeito mútuo esclarecê-los sobre o período de desocupação das glebas, como seriam identificados, os direitos que teriam e as indenizações que deveriam receber (existem alguns com residência fixa a longo tempo, radicados há mais de quarenta anos e que merecem um posicionamento especial dos órgãos governamentais).

Os trabalhos para contatação do grupo autônomo do rio Branco não teve continuidade, o lastimavelmente, durante o ano de 1986 alguns índios foram brutalmente assassinados quando surgiram no Cuniuá. Parece que o grupo está bastante reduzido e perambula numa fuga interminável da população branca, desde o alto rio Branco aos diversos afluentes da margem direita do Riozinho. Muitos vestígios novos foram encontrados durante o ano passado, mas quanto as providências do Órgão Tutor absolutamente nada foi feito, nem mesmo quanto aos assassinatos.

Somando-se ao envolvimento com as comunidades ao longo do Cuniuá e baixo Tapauá e dos períodos nas malocas Zuruaha, que caminhavam com embalo próprio e estava voltado basicamente para o aspecto lingüístico, haviam os períodos nos municípios de Lábrea e Canutama, quando a equipe levava seu apoio as comunidades indígenas da região. Também participavam das assembleias do CIMI e OPAN, cursos de saúde e antropologia, períodos de reciclagem e elaborações teóricas.

4- ATIVIDADES DURANTE O ANO DE 1987:

Neste ano novas mudanças ocorreram na equipe indigenista. Chico abandonou o Projeto para estudar em Manaus e trabalhar pela coordenação regional do CIMI. Eduardo Apurinã, natural do próprio Cuniuá, e Natália, estagiária da OPAN, estiveram com o grupo em diferentes períodos. Para os trabalhos de 1987 chegava uma criança, Aninha filha de Têre (na época com apenas nove meses), e Mário, que estivera trabalhando antes pelo CIMI-Rondônia.

No início do ano houveram participações nas Assembleias do CIMI-NORTE I, da OPAN e da Prelazia de Lábrea. Nesta última a Pastoral Indigenista fora mantida como linha prioritária, devendo-se ainda contratar duas pessoas para trabalhar com Ir. Rosalina no Indigenismo local. Esperava-se também um envolvimento amplo de religiosos e leigos, nas atividades propendentes a Semana do Índio.

Na metade do ano teve uma saída do Cuniuá. Dividindo-se pelas atividades houveram participações na VII Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário, em Goiânia, e no Encontro Regional da OPAN em Manaus com os agentes que trabalham na Amazônia. No município de Lábrea, além das providências técnicas necessárias, teve o acompanhamento a um grupo de jornalistas espanhóis a diversas comunidades indígenas da região. O grupo, que mais tarde retornaria para fazer uma reportagem sobre o extrativismo vegetal, teve seus trabalhos barrados pela FUNAI.

Outra atividade extra-campo desenvolvida no ano, foi a participação conjunta no Curso de Lingüística Zuruaha (relatório em anexo), realizado em fins de novembro em Porto Velho.

Durante as viagens Lábrea-Amoa, ou vice-versa, os encontros com a população envolvente foi constante. Mas dentro do Riozinho que o envolvimento foi intenso. Nunca o rio, perímetro das terras Zuruaha, recebeu número tão grande de sorveiros e madeireiros, e até mesmo regalões o subiram. Alguns já eram conhecidos da equipe do CIMI, mas muitos eram novos, vindos do baixo Cuniuá e proximidades do Purus. O longo período que a equipe necessita ficar fora da região, exatamente no período das águas, é o mesmo em que as frentes de expansão se intensificam. Isto não quer dizer necessariamente, que a presença dos indigenistas em si mesma, cause impedimentos aos avanços dos extrativistas. Uma estratégia mais eficiente deve ser estudada. Este ano essas frentes atuaram em diversas partes, do baixo ao alto Riozinho atingindo suas cabeceiras, nos igarapês Coxodoá e do Indio no perímetro norte, onde inclusive fazem roçados.

O relacionamento da equipe de indigenistas com estas famílias se deu de maneira tranquila, superando a agressividade dos bantos espalhados na região, de que os membros do CIMI eram traficantes de maconha e contrabandistas de ouro e outros minerais. Nos encontros, além da amizade estabelecida, pode-se debater sobre a questão indígena na região e no país.

As relações com os Zuruaha também se intensificaram e foram mais prolongadas. No primeiro semestre ainda foram períodos breves, para uma melhor adaptação dos novos membros da equipe como da comunidade Zuruaha. Um acidente que houve no Amoa, em que Têre foi a única vítima ficando gravemente ferida, com queimaduras por todo o corpo, também causou atraso nas atividades junto aos indígenas.

Dentre estas atividades a pesquisa lingüística continuou tendo grande importância. De fato, essa é uma atividade bastante particular, chegando as vezes a se tornar incômoda. A língua não constitui toda a comunicação, que é mais ampla, heterogênia e com muitas falas. A comunicação se realiza num ambiente muito específico numa situação definida, concreta, diante de indivíduos distintos, de modo que há elementos muito importantes extralingüísticos: primeiro, a situação concreta em que os indivíduos se acham, digamos quando em estado de fome ou dor; depois a mímica toda, toda aquela linguagem de gestos, inclusive fisionômicos. Isso tudo fica mais evidente quando vivido num meio cultural diferente do nosso, como é o dos Zuruaha.

A língua valendo apenas por sua configuração formal resulta num contínuo desajustamento entre ela e a cultura a que serve. Interpretar uma cultura através dos lineamentos formais de sua língua é inconveniente, é sempre falaz. Essa representação precisa se basear em outras funções, como a informação em si, a manifestação psíquica e o apêlo (Kainz/1943). E depreender a língua, entendida como representação pura, como uma configuração formal estabelecida num quadro exclusivamente representativo, é por de lado a manifestação psíquica e o apêlo contidos na comunicação lingüística.

Essa circunstância de impossibilidade da comunicação lingüística valer exclusivamente por si, leva à indagações sobre o peso de tal tarefa no cotidiano. Para manter a harmonia e equilíbrio do processo de inculturação os adiantos na cole

Os dados são inevitáveis. Porém, existe a consciência de que a essência da comunicação está na língua, na expressão verbal, sustentada habilmente pela simbolização escrita. Fruto dessa compreensão foi a primeira proposta de escrita Zuruaha, desenvolvida durante o curso de Lingüística.

O povo Zuruaha, assim como vários povos indígenas da Amazônia, é o produto de processos históricos distintos dos que marcam as nossas sociedades. Eles ainda mantêm e desenvolvem uma série de características que lhes dão uma feição própria e que contrastam fortemente com as populações em que estão encravados. Essas características vêm sendo focalizadas desde o início dos contatos com o grupo indígena, mas teve nessa fase de períodos mais longos na comunidade Zuruaha, uma maior intensificação e profundidade de observações.

Existe a ressalva no sentido de que a divisão de uma dada sociedade humana em sistema econômico, sistema religioso, social, político etc., só se justifica como um artifício necessário à descrição e análise posterior. No processo de descrição de um determinado sistema é necessário fazer freqüentes menções a outros. Na realidade é impossível ativar-se o sistema econômico, por exemplo, sem que o social, o político ou outros entrem em ação e vice-versa. Temos comprovado isso diante dos fatos diários com os Zuruaha, no mundo real, através de uma compreensão verdadeira, bem superior ao simples conhecimento teórico. Para se estabelecer um envolvimento profundo que permita essa compreensão verdadeira, é preciso começar de uma relação ativa com o meio ambiente, com o meio físico e com INDIVÍDUOS, para depois focalizar as relações sociais, as relações políticas e o sistema de crenças do grupo.

Nesta relação, a questão da territorialidade é de fundamental importância. A partir de um conhecimento concreto daquele espaço, deve-se indicar-lhes que não vivem no vácuo, nem em redomas de vidro, mas que estão em meio a tremendas pressões. O futuro deles é uma incógnita, mas é certo que estarão forçados a mudanças de toda ordem. Para que mantenham as rédeas de sua evolução, precisam adquirir um conhecimento crítico dessa sociedade que começa a tocá-los. E se precisamos contribuir neste processo, necessitamos antes, compreender profundamente a sociedade deles.

O processo não pode ser unilateral.

É preciso ousar mais, participar ativamente no cotidiano do grupo para que de uma maneira criadora, se admita a permanência e a incorporação do seu conhecimento do mundo, do seu próprio modo de fazer as coisas, do seu domínio da natureza.

Num futuro não muito distante, os Zuruaha atingirão um ponto em que será preciso propor metodologias de ação partindo para um processo formal, na área medicinal, na utilização da escrita ou noutros estranhos a cultura local. Mas a mecânica de nossas ações pode levar o trabalho à simples "integralização" no mundo ocidental. O propósito de manter um processo contínuo ligado a evolução sócio-comunitária específica, precisa ser sempre avaliado. É preciso manter a força do grupo em pilares independentes, com todo um passado próprio.

Encerramos estas análises por aqui, sem enviar-lhes uma descrição mais objetiva da sociedade Zuruaha em seus diferentes sistemas. Primeiro, porque ainda consideramos as informações como dados flutuantes, sujeitos a muitas mudanças; depois, porque acreditamos que haverá outras oportunidades propícias ao diálogo com vocês. Torcemos para isso. Na esperança de ter-lhes oferecido uma visão convincente do Projeto Zuruaha, passaremos a parte específica do levantamento financeiro.

Gratos.

8